

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **PATOS DE MINAS**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Obs.: Relatório sem revisão ortográfica e gramatical

Patos de Minas, 16/3/2010

I - Apresentação

Em 16/3/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Patos de Minas, a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, teve por objetivo debater a segurança pública na 10ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Elmiro Nascimento, Hely Tarquínio, Maria Tereza Lara e Paulo Piau, participaram da Mesa: Maria Beatriz de Castro Alves Savassi, Prefeita Municipal de Patos de Minas; Vereador Amarildo Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Patos de Minas; Juiz Vinícius de Ávila Leite, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Promotor Paulo César de Freitas, representando o Procurador-Geral de Justiça; Delegado José Pacífico Martins Ferreira, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Inspetor Sérgio Pereira Borges, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Geórgia Ribeiro Rocha, representando o Secretário de Estado de Defesa Social; Susie Adriane Silva Pereira, representando a Secretária de Estado de Educação.

Compuseram também a Mesa: Jane Campos, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Subsecretário Cloves Eduardo Benevides, representando o Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Defensor Público Walner Dias, representando o Defensor Público Geral; Cel. Marco Aurélio do Vale, representando o Comandante-Geral da PMMG; Delegado Márcio Siqueira, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; Ten. Cel. Felipe José Aidar Martins, Comandante do 5º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar em Patos de Minas; Marcilene Jacinto; Josafat José Afonso, Presidente da Associação dos Moradores de Santa Luzia; Vereador Pedro Lucas; Augusto Soares, Cel. Aposentado da PMMG; Roberto Nacional; Jonas Nunes, empresário e Delegado do Sindicato das Vistorias em Patos de Minas.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, comunicar seu objetivo e anunciar as presenças, passou a palavra aos expositores.

O Cel. Marco Aurélio informou que a 10ª Risp abarca a Região do Alto Paranaíba, com

exceção do Batalhão de Bombeiros, que a extrapola. São 23 Municípios e 27 Distritos, com 500.000 habitantes. O efetivo da Polícia Militar tem 972 servidores. Há duas Acisps: a 26 é composta pelo 15º Batalhão de PMMG e pela 10ª Delegacia Regional de Polícia Civil; a 52, pelo 46º Batalhão e pela Delegacia Regional, ambas de Patrocínio. Cada Comarca corresponde a uma Aisp, tendo Patos de Minas duas: a 114 engloba 31 bairros e a região central do Município; a 115, 37 bairros. Houve investimentos em recursos humanos e logísticos. O 15º Batalhão possui 820 viaturas, o 46º Batalhão, 75, e a 10ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário, da 10ª Região de PMMG, 84.

Relatou que o índice de crimes na Risp ficou estável entre 2005 e 2009. Na área de criminalidade muito alta, houve 87,9 a 101,3 eventos por mil habitantes, caindo, em 2009, para 95,5. Na área de criminalidade baixa, a queda foi de 35 para 23.

Esclareceu que o índice de crimes violentos ficou estabilizado de 2005 a 2006, cresceu em 2007 e caiu a partir de março de 2008. Em agosto de 2009, foi o menor da série, crescendo depois abaixo da média. Na área de criminalidade violenta muito alta, ocorreram 3,39 eventos por mil habitantes. Na área de criminalidade violenta alta, houve 2,54. Na de criminalidade violenta média, 1,59 a 2,4. Nas áreas de criminalidade média e baixa houve no máximo 1,69. O índice de criminalidade violenta caiu em Patos de Minas e se manteve em Carmo do Paranaíba, mas subiu em algumas regiões, impulsionado por assaltos a fazendas.

Disse que o índice de crimes violentos contra o patrimônio apresentou tendência à queda a partir de 2008. Na área de criminalidade violenta contra o patrimônio muito alta, houve de 1,86 a 4,68 eventos por mil habitantes. Na área de criminalidade violenta contra o patrimônio baixa, menos de dois. Em geral, houve desconcentração e diminuição de crimes.

Constatou que o índice de homicídios “é de primeiro mundo”, mas com oscilações por uso de drogas, motivo passional, desavença ou deslocamento de mão-de-obra externa para fazendas locais. Os BOs registraram 43 homicídios em 2005, com crescimento em 2006 e redução em 2007, chegando a 57 em 2008 e tendo nova alta em 2009. Patos de Minas, com maiores população e taxa de homicídios, teve 23 eventos em 2009, e 54 de 2005 a 2009.

Verificou que, em 2009, os eventos cresceram para 68: 13 por drogas, 13 por desavenças, 7 passionais, 2 por vingança, 3 para outros casos e 30 com motivo ignorado. Das vítimas, 3 tinham até 17 anos e 31 de 18 a 30 anos. Dos autores, 7 tinham até 17 anos, 29 de 18 a 30 anos, 9 de 31 a 40 anos e 36 de idade ignorada. O período de maior incidência vai das 18 às 22:59 horas. A arma de fogo é o instrumento mais utilizado. Dos autores, 29 foram presos durante ou logo após a ocorrência, e 49 não foram detidos. De 2005 a 2009, cresceu a apreensão de armas. De 2008 a 2009, as operações subiram de 22.872 para 42.456.

Comunicou que o combate a crimes violentos contra o patrimônio e a homicídios se baseou em metas. Para 2008-2009: redução de 6% nos crimes violentos, de 6% nos crimes violentos contra o patrimônio e de 4% nos homicídios; acréscimo de 8% nas operações e de 2%

na apreensão de armas. Todas foram atingidas, exceto a de homicídios, que, no entanto, apresentou taxa de elucidação favorável. Para 2010, a meta repetiu a de 2009, mas calculada sobre os resultados alcançados: redução em cima da redução. O método é o monitoramento por dezena: a cada 10 dias os registros são verificados, para a correção de desvios.

Indicou a presença de jovens nos eventos entre 2008 e 2009: nos crimes violentos contra a pessoa, aumentou a participação de crianças e adolescentes; nos crimes violentos contra o patrimônio, caiu a de crianças e aumentou a de adolescentes. Expôs que, de 2008 a 2009, os acidentes de trânsito rodoviário sem vítimas caíram 23,64%, com vítimas feridas, 22,6%, e com vítimas fatais, 50%. A redução total foi de 24,39%. O número de vítimas caiu 62,22% para ferimentos fatais, 44,44% para ferimentos graves e 28,97% para ferimentos leves. O total de vítimas se reduziu 34,10%. Por fim, relatou que houve aumento de 26,67% na fiscalização à pesca e 22,94% a comércios, feiras e mercados. O desmatamento também se reduziu, incluindo o número de processos do IEF repassados à Polícia Militar.

O Delegado Márcio Siqueira argumentou que a maioria dos crimes orbita em torno do tráfico. A metodologia para combatê-lo tem três pilares: trabalho de inteligência e repressão qualificada; descapitalização das quadrilhas; tratamento do dependente químico. A orientação implantada na Região exige sintonia entre Ministério Público, Judiciário e forças policiais. Implica iniciar com a inteligência e só depois começar a investigação, com informações direcionando as atuações. O trabalho prossegue com reunião, avaliação e elaboração de metas. Várias operações foram realizadas, com vasto desdobramento, mas algumas conexões criminosas ainda estão atuantes. Tudo isso exige uma política estadual antidrogas.

Informou que, em 2009, de 765 inquéritos na Região, foram concluídos 329. A taxa de apuração ficou em 43,1%. No 10º Departamento de Polícia, houve 55 concluídos de 74, ou 74,32%. Na Risp, foram registrados 41 homicídios, com 33 apurados e taxa de elucidação de 80,48%. Patos de Minas teve 24 homicídios e 18 elucidados, ou 79,16%, quase o dobro da especializada de homicídios em Belo Horizonte. Considerando-se a posição das unidades da Polícia Civil, ultrapassou a meta esperada pelo governo de inquéritos, em 247,96%, e de TCOs, em 298,97%, ficando em 1º lugar no “ranking” dos departamentos.

Por fim, sublinhou que vem batendo na mesma tecla há anos: é necessário uma política de governo e o tráfico deve ser visto como prioridade. Disse ainda que falta um centro para tratar dependentes químicos. Também é descabido acumular mandados de prisão para traficantes externos, sem contrapartida federal. Criticou a falta de política criminal e a ideia de regime especial: os presos precisam ter atenção igual, o local de detenção é que deve ser diferenciado, como presídios para detentores de conhecimentos especiais.

O Ten.-Cel. Felipe José constatou que os bombeiros atuam ou antes da causa ou em suas consequências. A corporação tem muita aceitabilidade, mas às vezes necessidades são esquecidas. Informou que crescem, absoluta e proporcionalmente, os acidentes, incêndios e

medidas preventivas, como análise de projetos, vistoria de sinais e Autos de Vistoria. Os atendimentos mais comuns são: salvamento de vidas e prevenção. Os incêndios são raros.

Relatou que, no segundo semestre de 2008, aumentaram os casos clínicos, pois os habitantes ficam nas cidades. Nos feriados prolongados há muitos acidentes de automóveis. Aumentaram os distúrbios por uso de drogas e os acidentes com motocicleta. Também há muitas quedas e acidentes com bicicletas e veículos automotores. Em média, os eventos com motocicletas estão 4% a 8% acima dos que envolvem bicicletas e atropelamentos.

Informou que os números do acordo de resultados na Risp são próximos aos dos EUA e dos países europeus. O acordo sobre o tempo de chegada à vítima, estipulado em 10 min., havia sido superado em 2007 e está na faixa de 4,54 a 4,32 min.. Tempos menores diminuem chances de mortalidade, sequela, custo hospitalar e inação da vítima. A análise de projetos durou em média 8 dias no primeiro semestre de 2009 e 7,28 no segundo, garantindo uma vantagem comparativa na liberação de empresas. O Corpo de Bombeiros realizou, também, campanhas educativas e repressivas em conjunto com as polícias e com a sociedade civil. Houve, por fim, investimentos no sistema para controle de semáforos. Outra iniciativa foi a concentração do efetivo em horários com maiores ocorrências.

O Cel. Marco Aurélio mostrou as ações sociais da Polícia Militar na Região: Semana do Trânsito, divulgação do Estatuto do Idoso, Proerd, Caravana Comunitária, Patrulha Rural, Projeto Pontapé Inicial, Base Comunitária Móvel, Túnel das Drogas, Grupo Paz Social, Teatran, Projeto Esporte, Arte e Paz na Comunidade, Projeto Vigilância Solidária, Projeto Caratê Comunitário, Projeto Paz, Meio Ambiente, e Centro de Educação Ambiental e Trânsito.

O Ten.-Cel. Felipe José apresentou as seguintes ações sociais do Corpo de Bombeiros: envio de equipamentos para cursos de primeiros socorros, atendimento a comunidades carentes, e convênio com a Prefeitura Municipal sobre o Samu.

O Vereador Amarildo Ferreira sugeriu à Prefeita investimentos na área social, especialmente na prevenção junto a crianças e adolescentes, com a implantação de mais uma unidade da Fundação Municipal de Promoção da Criança e do Adolescente – Proman.

O Juiz Vinícius de Ávila ponderou que os crimes violentos ligados ao consumo de drogas são no mínimo 90%, pois os provocados por álcool e os culposos devem ser considerados. Há erro grosso na avaliação sobre os danos causados pelo consumo de drogas. O equívoco da última modificação na lei é igualar os usuários, como se fossem todos viciados. Como são isentos de pena, sem exceção, e recebem apenas advertência ou eventual medida, o Juiz não possui meios para fazer cumprir o estipulado. Logo, instalaram-se a impunidade legal e o desperdício de esforços, acobertando o traficante e o financiador.

Esclareceu ser lamentável que, às vezes, a sociedade se veja tentada a reduzir a lei ao seu aspecto punitivo, como se a prisão fosse a solução para tudo. O fundamental é resolver os problemas, atacando as causas sociais e preservando os direitos individuais. Ao Juiz não é dado

abdicar do devido processo legal e do respeito às leis, transformando-se em paladino da justiça acima da verdade. Como o magistrado está adstrito à Constituição, depara-se com um escudo do traficante, sendo obrigado, sem prova robusta, a absolver o réu. Torna-se necessário diferenciar o viciado do traficante ou financiador.

Comunicou que a vara criminal propalou, em 2009, 1.368 sentenças criminais, realizou 890 audiências e proferiu 8.244 despachos. Constatou o apoio do Município e se disse ansioso pela construção do novo fórum, que permitirá a instalação de novas varas e o atendimento das demandas crescentes. Por fim, anunciou que há recursos oferecidos e a promessa do Presidente do TJ sobre a obra, mas insistiu na ajuda dos Deputados.

O Promotor Paulo César esclareceu que o Ministério Público é instituição independente e essencial à função jurisdicional do Estado: presta apoio aos órgãos de segurança pública na prevenção, na investigação e nas detenções, assim como trabalha para garantir concretude e efetividade ao trabalho inicial da polícia no processo, na condenação e na prisão. O indiciamento é o começo do processo, com sua entrega ao Poder Judiciário e o pedido de condenação. Para tanto, faltam na Região aparelhos e estrutura. Sugeriu, para a prevenção, medidas simples, como controlar bares sem alvarás e sem previsão de horário para fechar.

Frisando que a segurança pública é dever do Estado, mas responsabilidade de todos, abordou o assunto na infância e na adolescência. Muitos criminosos perigosos são “clientes da Justiça desde tenra idade”, por falta de apoio familiar ou de medida socioeducativa. Um anseio de Patos de Minas é a construção de um centro para reeducação de menores. Combater o crime apenas nos efeitos, sem enfrentar as causas é o mesmo que tentar acabar com a dengue sem atacar a larva e só curando doentes.

O Delegado José Pacífico informou que a Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia abrange 68 Municípios, do Pontal do Triângulo até Formoso. Não obstante, o trabalho tem obtido êxito, inclusive na parceria com as Polícias Civil e Militar. Ratificou que não basta reprimir o uso das drogas e que o Estado precisa investir na recuperação do dependente. Criticou a legislação sobre crimes culposos, sobretudo homicídios. Nomeou a lei municipal que garante espaço físico para a instalação provisória da Delegacia. Comunicou que 30% da demanda se concentra na Região de Patos de Minas e se referem a crimes ambientais. Há também o aspecto social: o combate a garimpeiros ilegais pode criar ociosidade, gerando mais crimes. Por fim, solicitou gestões desta Comissão para instalação de uma nova Delegacia de Polícia Federal e para mudança na legislação sobre crimes culposos.

O Defensor Público Walner Dias lamentou que os dependentes químicos sejam tratados como bandidos e os condenados sejam tão somente jogados na prisão. Registrou a importância da Defensoria Pública, uma vez que 90% dos crimes lhe são afetos. Informando que essa instituição está sucateada em Minas, pediu apoio para soerguê-la. Disse que não adianta tratar o crime com ilegalidade, ignorando os preceitos da dignidade humana, do devido processo legal e

da ampla defesa. Deixar impune um crime é o mesmo que exceder na pena: o resultado será a sensação geral de que a lei e o Estado não funcionam. Não adianta cobrar regras de alguém se os direitos lhe são negados.

O Inspetor Sérgio Pereira informou que a Polícia Rodoviária Federal na Região passou de posto da Delegacia Regional de Paracatu a delegacia independente, mas seu efetivo não cresceu: problemas no concurso adiaram o plano de triplicá-lo. A fiscalização concentra-se no trânsito, com dois focos: direção com alcoolismo e excesso de carga. Há parcerias com outros órgãos: Ministério Público Federal, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, Agência Nacional de Transporte Terrestre, DER e Receitas Estadual e Federal.

Susie Adriane afirmou que as famílias têm Delegado a formação dos filhos à escola, mas, como a educação forma um tripé com a segurança e a saúde, frisou a parceria com as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, as autoridades políticas, o Judiciário, os Defensores Públicos e a comunidade. Disse que as instituições interessadas em trabalhar com alunos por meio de projetos sociais podem contar com as escolas. A formação dos cidadãos mineiros está previsto no programa de educação profissionalizante, oportunidade para resgatar a juventude da criminalidade e incluí-la no mercado de trabalho. Valorizou os projetos Escola Viva e Comunidade Ativa – em parceria com a SES –, que tratam a escola como parte da comunidade e palco para a representação dos problemas exteriores. Outro projeto é a escola integral: os alunos, em vez de ficarem nas ruas, fazem atividades recreativas, de formação e de reforço, além de frequentarem as aulas do período normal.

Jane Campos destacou a participação da Sedese na prevenção da criminalidade, atuando em Patos de Minas por meio de programas desenvolvidos com o Município.

A Vereadora Marcilene Jacinto opinou: o que realmente importa é destruir as causas da violência, pois não se pode falar em segurança sem paz e justiça. As opções determinam não só a vida de cada um, mas também a política que constrói a sociedade. Torna-se preciso decidir sobre os valores: um mundo com justiça, paz e segurança não se cria só com palavras, ele deve ser desejado e realizado mediante contribuição de todos. Por fim, pediu a elaboração de políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção; e de projetos para capacitar lideranças em prevenção da violência.

Geórgia Ribeiro relatou que, desde 2003, a Seds começou a integração dos órgãos de segurança. A estratégia reconhece a criminalidade como fenômeno complexo, cujo combate demanda a articulação de várias instituições. Em 2008, implementou-se a Integração da Gestão em Segurança Pública – Igesp – em Patos de Minas, monitorando-se a evolução da criminalidade. A transparência, a prestação de contas e a inteligência são importantes, mas não a solução mágica. Reconheceu ser preciso construir uma política mais efetiva para os trabalhos de inteligência e tratamento ao dependente químico. Atua-se também no sistema prisional, liberando as Polícias Militar e Civil e propiciando segurança e ressocialização aos acautelados. Em 2003,

havia 5 mil presos no sistema prisional, hoje, há 45 mil.

Informou que a Sedese investe em outros eixos: a repressão qualificada e a prevenção. O Fica Vivo não está em Patos de Minas porque a incidência de homicídios na Região é menor do que em outras, mas seu método pode ser replicado: parcerias com Prefeituras utilizam a mediação de conflito, pensando as ações e projetos sociais com foco específico. A lógica é concentrar em comunidades com mais violência. Ademais, existem fatores culturais a serem atacados na perspectiva da prevenção social.

Explicou que as internações de Patos de Minas são atendidas em cidades próximas, pois o histórico local registra uma demanda insuficiente para justificar um centro com 40 vagas. Priorizou-se, pois, a parceria com a Prefeitura para trabalhar em meio aberto: foram financiadas 60 vagas para medidas socioeducativas e se prevê uma delegacia especializada para adolescentes autores de ato infracional. Por fim, disse que o combate à criminalidade demanda várias mudanças de visão nas instituições, para capacitarem-nas a desenvolverem medidas de autoproteção e de responsabilização social.

Roberto Nacional afirmou que, sem a participação dos poderes, das entidades de classe e da sociedade como um todo, seria melhor encerrar as atividades e o próprio Consep. Concluiu desafiando as autoridades e órgãos a ultrapassarem o mero ato de colocar as coisas no papel, pois competência é fazer ações concretas.

Fernando Alves Diniz, também referindo-se ao Consep, disse que seus membros lutam com muitas dificuldades, mas recebem apoio das autoridades quando o solicitam.

Elvira Porto abordou o destino do projeto Zona Azul, que apoia os menores encarregados de guardar veículos em estacionamento. Mais de mil já participaram e jamais se envolveram em fato desabonador. Arrimos de família, recebem orientação e quase R\$500,00 por mês. A Presidente da Proman se queixou de que a Promotora do Ministério do Trabalho fez uma intimação para fechá-lo, pretextando motivo legal. Se prevalecer a ordem, 100 adolescentes acima de 17 anos irão para as ruas, tornando-se presas fáceis da violência e da droga. Por fim, opinou que o “caput” do artigo que proíbe o menor de trabalhar na rua pode ser elidido e se disse empenhada em defender a continuidade do projeto.

O Subsecretário Cloves Eduardo conceituou o combate ao tráfico e ao uso de drogas como política de Estado. Com o advento do “crack”, as antigas respostas ficaram insuficientes. A legislação brasileira tem de aproximar-se mais da realidade. Não se trata de defender a penalização do usuário ou a negligência para com os partícipes da estrutura criminosa do tráfico. A repressão qualificada e a inteligência policial os diferenciarão. Ademais, é inadmissível que o detento saia da prisão já contratado por criminosos especialistas.

Elogiou esta Comissão, que, diante da complexidade do problema, estaria propiciando o diálogo entre as instituições e buscando articular concretamente as possibilidades de ação. Hoje, os cerca de 300 Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas se articulam com os Municípios.

Só nas áreas da educação e saúde, há 300 bolsas de especialização na Universidade Federal de São João del-Rei, que serão dobradas para formar uma “expertise” técnica para além da temporalidade dos governos e gestões. Reconheceu que a rede de 39 instituições é insignificante em face da necessidade, mas representa um caminho.

Exemplificou com a política para crianças e adolescentes, relacionada a cumprimento de medidas socioeducativas: as unidades chegam a mil vagas. Fenômeno de certa forma assemelhado – mais de 50% dos adolescentes que cumprem medida têm envolvimento com drogas ou até com o tráfico –, o atendimento a dependentes químicos já conta com 600 vagas. Trata-se de consolidar e ampliar tais estratégias. Há dificuldades nas políticas de saúde e de educação, mas também nessas áreas a via foi desenhada, e sem volta.

Informou que Minas possui uma política antidrogas, aprovada pela Assembleia, e conselhos funcionando regularmente. Os resultados não são os sonhados, mas, às vezes, governar é fazer escolhas dolorosas, mantendo o indispensável e construindo alternativas ao longo do processo. Quando o Deputado João Leite conduzia a Sedese, foi preciso travar uma queda de braço para assinar o convênio com a União, visando aos leilões de materiais apreendidos. Hoje, Minas tem os melhores resultados em descapitalização da estrutura traficante, e uma arrecadação acima de R\$2.000.000,00 só com venda de materiais. Há um arquivo e um diálogo com as varas da Justiça na recolha dos bens e na sua transformação em recursos para a repressão, a prevenção e o tratamento.

Declarou-se feliz por encontrar em Patos de Minas interação e resultados positivos, colocando-se à disposição para ações concretas. Disse, também, que a legislação brasileira e o investimento em segurança têm de mudar. Por fim, fez uma crítica construtiva: a política antidrogas é a única área do governo federal que não teve conferência, enquanto Minas já está na quarta. Urge a realização de uma conferência nacional para alinhar as posições da Defensoria Pública, do Ministério Público, das Polícias Civil e Militar e do Judiciário.

II.2) Discussão

A Deputada Maria Tereza Lara propôs mais recursos dos governos estadual e federal para o combate às drogas e ao narcotráfico. Disse não acreditar em segurança senão com integração entre as três esferas de poder e a sociedade civil. Referiu-se ao projeto de escola em tempo integral e ao Fica Vivo. Sugeriu que esta Comissão se debruce sobre o projeto Zona Azul e ajude a solucionar o impasse que o ameaça. Por fim, frisou que há superlotação no Presídio Sebastião Satiro: 314 detentos para apenas 165 vagas.

O Cel. Augusto Soares disse que só uma tomada de posição real possibilitaria a superação do atual quadro de criminalidade. O problema está na família. A corrente que alimenta a produção de bandidos apenas será cortada por meio da educação das crianças, instaurando-se a

obrigatoriedade de estudar a partir do primeiro ano de idade, em tempo integral. Na escola deveria haver uma ficha socioeconômica, para que sua direção saiba o ambiente em que o aluno vive. Para a aplicação dessa política, poderão ser feitas parcerias e mobilização de voluntários, como aposentados. Sugeriu que os legisladores mudem a lei que proíbe o menor de trabalhar e que a sociedade lhes dê condições de exercer uma atividade. Frisou, por fim, a importância de impor limites para crianças e adolescentes, pedindo um centro de recuperação na Região e a prisão perpétua para criminosos adultos reincidentes.

O Deputado Hely Tarquínio localizou o fator principal da criminalidade na família, por sua vez degenerada pelas drogas. Sublinhou que a atuação dos vários órgãos dos sistemas de segurança e justiça deve buscar a lei. Como uma sociedade progressista exige justiça social, a lei tem de ser justa e a cidadania deve ser construída, com igualdade de oportunidades e considerando-se a liberdade como fator primordial. Todavia, o País se encontra sob o mando neoliberal: a sociedade de consumo e o egoísmo de poucos dominam milhões. Isso tem de ser ensinado nas escolas, para que o sistema seja mudado. Propôs o trabalho e a construção em equipe, como faz o governo estadual. Ponderou: as estatísticas mostram que os índices de criminalidade estão diminuindo, mas o sistema contribuiu para os crimes. As desigualdades são grandes e o Brasil tem um péssimo IDH. A causa principal é tema para o Congresso Nacional. Ponto chave seria melhorar os pactos jurídico e federativo.

Reconheceu os limites dos mandatos parlamentares, que se deparam com orçamentos disputados e insuficientes para suprir as demandas da Região e contemplar os vários aspectos sociais, como educação, saúde, segurança e alimentação. Ademais, o espaço da Assembleia para legislar é exíguo, espremido entre as competências federais e municipais. Nesse quadro, sugeriu que a vida deve ser pensada como um binômio: liberdade no limite da lei e igualdade de oportunidades, aproximando o Estado de Direito do Estado de fato. Dizendo que a lei surgiu para dominar as paixões, os vícios e as agressões, propôs o trabalho, com razão e fé, por meio da educação continuada, básica e nas universidades federais, para que os pequenos tenham chance diante do predatismo social. Os parlamentares são mediadores dos interesses do povo, mas nem sempre fazem leis justas: sofrem pressões, principalmente, do poder econômico, que lhes retira a liberdade de decidir. Essa ditadura econômica precisa mudar.

Josafat José, após registrar a dificuldade das associações de moradores, opinou que não existe outro caminho para a droga senão o álcool e sugeriu que se construísse uma colônia penal para que os presos possam aprender a trabalhar.

O Deputado Elmiro Nascimento registrou a integração existente na Região e reiterou que a legislação tem de mudar, tornando a punição mais severa. Disse que a proibição do trabalho para menores porá 100 adolescentes nas ruas. Valorizou a reconstrução da Casa da Acolhida do Menor pela Prefeitura – com a ajuda da Câmara Municipal –, os investimentos do governo estadual em Patos de Minas e a prioridade para a educação.

Jonas Nunes apoiou a idéia de colocar os presos para trabalhar. A seguir, relatou que a empresa Ultravisão e mais duas estão paralisadas pelo Detran, em certo sentido desmoralizando a Resolução nº 282/2008, da Casa Civil, por meio da qual o governo federal garantiu o funcionamento de mil empresas. Por fim, disse que em Minas Gerais há mais de 300 empresas em dificuldade, com as portas fechadas, e 5.000 mil pessoas desempregadas.

O Vereador Pedro Lucas lamentou que pouco se fala na recuperação do dependente químico e se revelou preocupado: a maioria tem de pagar mensalidades e há instituições que exploram o trabalho dos pacientes. Solicitou a construção de local apropriado para tratá-los. Sugeriu, ainda, que a Sedese e a Seds criem um programa para ajudar os egressos do sistema penitenciário a trabalhar. Solicitou, por fim, que as forças policiais se infiltrem nos bares e festas, para pegar o peixe grande, que transporta e trafica as drogas.

O Inspetor Sérgio Pereira, respondendo a perguntas, esclareceu que a Polícia Rodoviária Federal trabalha na BR-365, em convênio com a Polícia Militar. Há um posto em Patos de Minas, que atende a cerca de 380km: do trevo de Romaria ao trevo de Brasilândia de Minas, próximo a Pirapora. O efetivo é de 10 policiais, que se revezam em escala de 24 horas por 72 horas: dois de plantão por dia e mais dois na chefia, cumprindo, cotidianamente, o expediente administrativo. São quatro veículos, três dos quais caracterizados.

O Delegado Márcio Siqueira, destacando a atuação da polícia judiciária, criticou a avaliação de que a criminalidade estaria crescendo e a situação teria saído do controle: tal discurso traz malefícios ao trabalho, que é articulado, responsável e feito de forma exaustiva.

O Cel. Marco Aurélio reafirmou que o foco do problema da criminalidade está na família, que deve ser tratada com mais oportunidades e inclusão social. Opinou que não se trata de empurrar o problema para as escolas, que são apenas um complemento, incapazes de evitar o retorno dos alunos ao ambiente contaminado. Sugeriu a participação de psicólogos junto às escolas para famílias doentes. Por fim, lembrou que, entre os mais de 5.000 Municípios do Brasil, Patos de Minas está entre as 100 melhores cidades para se viver.

O Ten.-Cel. Felipe José informou que o 5º Batalhão de Bombeiros, sediado em Uberlândia, abrange Unai a Ituiutaba. Opera com 585 militares dos 777 previstos. Patos de Minas é o único Município com efetivo completo. Os trabalhos sociais estão em fase de implantação.

O Deputado Elmiro Nascimento reiterou o pedido de que esta Comissão ajude na vinda da Polícia Federal para Patos de Minas e assim possa respaldar a Justiça Federal.

O Deputado João Leite, dirigindo-se a Márcio Siqueira, esclareceu que esta Comissão representa o Poder Legislativo e fiscaliza as políticas do Poder Executivo. Nessa condição, constatou que o trabalho das forças de segurança pública locais é muito bom.

O Delegado Márcio Siqueira, dizendo-se mal-interpretado, reafirmou a existência de autoridades locais empenhadas em apresentar a criminalidade como galopante e fora do controle, mas também se disse satisfeito em participar da reunião e receber “feedback”.

O Deputado João Leite, resumindo a impressão que ficou das audiências realizadas, frisou que o governo acertou ao começar a integração das polícias com os bombeiros, mas esse trabalho não terminou. Constatou muitos crimes federais ligados ao tráfico de drogas. Notou ser preciso criar um sistema único de defesa social para associar o trabalho das forças de segurança, especialmente em Minas, que possui 25% da malha rodoviária federal, com brechas para entrada de armas e drogas. Lamentou a ausência da população no debate sobre segurança pública. Por fim, os números colocam Patos de Minas em posição importante.

A Deputada Maria Tereza Lara disse que as polícias federais estão preocupando-se com a questão do efetivo, que o governo estadual precisa investir mais no tratamento ao dependente químico e que a questão penitenciária é muito importante.

O Delegado José Pacífico explicou a facilidade para instalar-se uma repartição da Polícia Federal: basta que esta Comissão faça uma gestão junto ao Ministério da Justiça, demonstrando a carência local, e comunique a disponibilidade do Município, que por sua vez dispõe de lei capaz de providenciar o local físico para a instalação provisória da Delegacia.

O Inspetor Sérgio Pereira lembrou que a Delegacia de Polícia Rodoviária Federal de Patos de Minas não está abandonada, pois o Superintendente está aguardando a chegada de novos policiais, oriundos do concurso em apreciação judicial e administrativa.

A Prefeita Maria Beatriz informou que esteve em Brasília, que o Diretor da Polícia Federal sugeriu um contato com a Polícia Federal de Minas Gerais, que a reunião já havia sido marcada e que gostaria de contar, nessa oportunidade, com a presença desta Comissão.

II.3) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Ministro da Justiça, solicitando seja aumentado o efetivo da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal no Município de Patos de Minas;

b) ofício ao Presidente da República, solicitando sejam enviados esforços para a realização da Conferência Nacional sobre Drogas;

c) ofício ao Secretário de Defesa Social, solicitando sejam:

- reduzida a superlotação do Presídio de Sebastião Satiro;

- implantadas medidas para a humanização dessa unidade prisional, incluindo a ampliação das ofertas de trabalho e de ensino profissionalizante para os presos;

d) ofício ao Governador do Estado, solicitando seja construído um centro de tratamento para dependentes químicos na Região de Patos de Minas;

e) ofício ao Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, solicitando seja instalada uma Delegacia da Polícia Federal no Município de Patos de Minas.

III - Principais pontos abordados

III.1) Criminalidade:

- a) o índice de crimes ficou estável entre 2005 e 2009;
- b) o índice de crimes violentos ficou estabilizado de 2005 a 2006, cresceu em 2007 e caiu a partir de março de 2008, sendo o menor da série em agosto de 2009;
- c) os assaltos a fazendas impulsionaram os crimes violentos em certas áreas;
- d) o índice de crimes violentos contra o patrimônio teve tendência à queda após 2008;
- e) em geral, houve desconcentração e diminuição de crimes;
- f) o uso de drogas, o motivo passional, a desavença e o deslocamento de mão-de-obra externa para fazendas locais provocaram oscilações na criminalidade;
- g) os BOs registraram 43 homicídios em 2005, com crescimento em 2006 e redução em 2007, chegando a 57 em 2008 e tendo nova alta em 2009;
- h) Patos de Minas, município com maior população e taxa de homicídios, teve 23 eventos em 2009 e 54 de 2005 a 2009;
- i) em 2009, os homicídios cresceram para 68: 13 por drogas, 13 por desavenças, 7 passionais, 2 por vingança, 3 para outros casos e 30 sem motivo levantado;
- j) entre as vítimas de homicídios, 3 tinham até 17 anos e 31 tinham de 18 a 30 anos;
- k) entre os autores de homicídios, 7 tinham até 17 anos, 29 tinham de 18 a 30 anos, 9 tinham de 31 a 40 anos e 36 tinham idade ignorada;
- l) o período de maior incidência de homicídios vai das 18 às 22:59 horas;
- m) a arma de fogo é o instrumento mais utilizado nos homicídios;
- n) em 2009, foram registrados 41 homicídios, com 33 apurados ou 80,48%.

III.2) Resultados positivos:

- a) houve investimentos em recursos humanos e logísticos;
- b) o índice de homicídios e os números do acordo de resultados estão próximos aos dos EUA e dos países europeus;
- c) de 2005 a 2009, cresceu a apreensão de armas;
- d) de 2008 a 2009, houve redução de 6% nos crimes violentos, 6% nos crimes violentos contra o patrimônio e de 4% nos homicídios;
- e) de 2008 a 2009, houve alta de 8% nas operações e 2% na apreensão de armas;
- f) de 2008 a 2009, todas as metas foram atingidas, exceto a redução de homicídios, que, no entanto, apresentou taxa de elucidação favorável;
- g) de 2008 a 2009, os acidentes de trânsito rodoviário sem vítimas caíram 23,64%, com

vítimas feridas, 22,6%, e com vítimas fatais, 50%, sendo a redução total de 24,39%;

h) de 2008 a 2009, o número de vítimas caiu 62,22% para ferimentos fatais, 44,44% para ferimentos graves e 28,97% para ferimentos leves, sendo a redução total de 34,10%;

i) de 2008 a 2009, a fiscalização aumentou 26,67% na pesca e 22,94% nos comércios, feiras e mercados;

j) caíram o desmatamento e o número de processos do IEF enviados à Polícia Militar;

k) Patos de Minas teve 18 homicídios elucidados em 24, com taxa de 79,16%, quase o dobro da obtida pela delegacia especializada de Belo Horizonte;

l) a Polícia Civil ultrapassou a meta esperada pelo governo em inquéritos, com 247,96%, e em TCOs, com 298,97%, ficando em 1º lugar no “ranking” dos departamentos;

m) o acordo sobre tempo de chegada dos bombeiros à vítima, estipulado em 10 min., havia sido superado em 2007 e já está na faixa de 4,54 a 4,32 min.;

n) o análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros durou em média 8 dias no 1º semestre de 2009 e 7,28 no segundo;

o) o Corpo de Bombeiros realizou campanhas educativas e repressivas em conjunto com as polícias e com a sociedade civil;

p) houve investimentos no sistema de controle de semáforos;

q) houve concentração do efetivo policial militar em horários com mais ocorrências;

r) houve muitas ações sociais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros na Região;

s) mesmo com área extensa, a Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia obteve êxito no trabalho, inclusive na parceria com as Polícias Militar e Civil;

t) houve parceria da Sedese com a Prefeitura por meio de programas voltados à prevenção da criminalidade;

u) a partir de 2008, implementou-se o Igesp em Patos de Minas;

v) no Brasil, Patos de Minas está entre as 100 melhores cidades para se viver.

III.3) Problemas:

a) de 2008 a 2009, aumentou a participação de crianças e adolescentes nos crimes violentos contra a pessoa, e de adolescentes nos crimes violentos contra o patrimônio;

b) os crimes violentos ligados ao consumo de drogas são de 70 a 90%, pois os provocados por álcool e os culposos devem ser considerados;

c) a despeito das operações realizadas, há conexões criminosas ainda atuantes;

d) os bombeiros têm aceitabilidade, mas às vezes suas necessidades são esquecidas;

e) aumento de acidentes automobilísticos nos feriados prolongados;

f) aumento considerável de distúrbios por uso drogas e de acidentes com motocicletas;

g) houve muitas quedas e acidentes com bicicletas e veículos automotores;

- h) faltam na Região aparelhos e estrutura para o trabalho da Polícia Civil;
- i) além de reprimir as drogas, o Estado precisa investir na recuperação do dependente;
- j) o combate a garimpeiros ilegais pode criar ociosidade, gerando mais crime;
- k) a Defensoria Pública está enfraquecida em Minas;
- l) não adianta tratar o crime com ilegalidade, ignorando os preceitos da dignidade humana, do devido processo legal e da ampla defesa;
- m) o posto da Polícia Rodoviária Federal virou Delegacia, mas o efetivo é o mesmo;
- n) o importante é destruir as causas da violência, pois não se pode falar em segurança sem paz e justiça;
- o) as internações de Patos de Minas são atendidas em cidades próximas, pois o histórico local registra uma demanda insuficiente para justificar um centro com 40 vagas;
- p) os 314 presos do Presídio excediam as 165 vagas, caracterizando superlotação.

III.4) Carências a serem supridas:

- a) política estadual contra o uso de drogas, investindo no combate ao tráfico e no tratamento de dependentes químicos;
- b) investimentos na área social, especialmente na prevenção da criminalidade junto a crianças e adolescentes;
- c) centro apropriado ao tratamento de dependentes químicos;
- d) centro para implementar medidas socioeducativas para crianças e adolescentes;
- e) implantação de uma nova unidade da Proman;
- f) conservação do projeto Zona Azul;
- g) apoio desta Comissão para acelerar a construção do novo fórum;
- h) apoio desta Comissão para soerguer a Defensoria Pública em Minas;
- i) aceleração do processo de implementação de escolas em tempo integral;
- j) realização da Conferência Nacional sobre Drogas;
- k) recursos dos governos estadual e federal para combater as drogas e o narcotráfico;
- l) programa estadual para ajudar os egressos do sistema penitenciário a trabalhar;
- m) apoio desta Comissão à implantação da Delegacia da Polícia Federal;
- n) aumento do efetivo da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal no Município;
- o) fim da superlotação no Presídio de Sebastião Satiro e medidas para sua humanização, incluindo a ampliação das ofertas de trabalho e ensino profissionalizante.